
REFLEXÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Martha Valente Domingues dos Santos¹

Marcela Francis Costa Lima²

Fernando César Ferreira Gouvêa³

RESUMO

Refletir sobre a educação popular e sua contribuição no cenário educacional brasileiro torna-se urgente em momentos políticos como o do Brasil atualmente. A educação pública brasileira tem sido alvo de um desmonte, com cortes drásticos de investimentos por parte do governo, precarização dos professores, atrasos de salários e cortes de bolsas de pesquisa. Diante desse cenário, esse artigo surge como fruto das discussões realizadas na disciplina “Educação e Demandas Populares”, do curso de Doutorado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Este artigo tem como principal objetivo abordar a construção histórica da educação popular no Brasil e a sua importância para a construção de uma educação crítico-reflexiva. Para tal, nos direcionamos aos estudos de Paulo Freire e aos autores considerados referência nessa área de estudo. Como metodologia, utilizamos a revisão bibliográfica de literatura.

Palavras – chave: Demandas populares. Educação popular. História da educação. Paulo Freire.

REFLECTIONS ON THE TRACK OF POPULAR EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT

Reflecting on popular education and its contribution to the Brazilian educational scene becomes urgent in political moments such as that of Brazil today. Brazilian public education has been dismantled with drastic cuts in government investment, teacher precariousness, wage arrears and research grants cuts. In view of this scene, this article emerges as a result of the discussions held in the discipline "Popular Education and Demands", of the Academic Doctorate course of the Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands (PPGEduc) of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. This article has as main objective of approaching the historical construction of popular education in Brazil and its importance for the construction of a critical-reflexive education. To that end, we focus on the

¹ Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEduc – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Coordenadora do Colégio Pedro II. E-mail: marthavds09@gmail.com.

² Doutoranda e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEduc – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Bolsista FAPERJ. Pedagoga pela mesma Universidade. E-mail: marcela.fcl@gmail.com.

³ Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Educação pela PUC-RIO; Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares – PPGEduc – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: gouveafcf@uol.com.br

studies of Paulo Freire and the authors considered reference in this area of study. As a methodology, we used literature review literature.

Keywords: History of education. Paulo Freire. Popular demands. Popular education.

REFLEXIONES SOBRE LA TRAJETORÍA DE LA EDUCACION POPULAR EN BRASIL

RESUMEN

Reflexionar sobre la educación popular y su contribución en el escenario educativo brasileño se vuelve urgente en momentos políticos como el de Brasil actualmente. La educación pública brasileña ha sido objeto de un desmonte, con recortes drásticos de inversiones por parte del gobierno, precarización de los profesores, retrasos de salarios y recortes de becas de investigación. En ese contexto, este artículo surge como fruto de las discusiones hechas en la disciplina "Educación y Demandas Populares", del curso de Doctorado Académico del Programa de Postgrado en Educación, Contextos Contemporáneos y Demandas Populares (PPGEduc) de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro. Este artículo tiene como principal objetivo abordar la construcción histórica de la educación popular en Brasil y su importancia para la construcción de una educación crítico-reflexiva. Para ello, nos dirigimos a los estudios de Paulo Freire ya los autores considerados referencia en esa área de estudio. Como metodología, utilizamos la revisión bibliográfica de literatura.

Palabras clave: Demandas populares. Educación popular. Historia de la educación. Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

Em um país com graves problemas educacionais, temos um autor de sólidos conhecimentos, renomado mundialmente na contemporaneidade: Paulo Freire. Um intelectual do seu tempo, mas com um legado muito atual, sempre entendeu a educação a partir de uma reflexão acerca do próprio homem, enquanto ser inacabado, inconcluso, incompleto, em busca de aprendizagem e educação. Acreditando que ninguém educa ninguém, o homem ocupa lugar de sujeito histórico, protagonista nesse processo, não podendo ser concebido apenas como objeto de sua educação (FREIRE, 2014). O pensamento freiriano é antropológico, lida diretamente com questões de identidade na subjetividade humana, na procura do que, de fato, é o homem.

A educação popular não pode ser confundida com a educação do povo, que dedica-se a trazer às classes populares ensinamentos que os deixarão cada vez mais submissos na condição de trabalhadores em dominação. A educação popular se dá com e para as classes populares, visando torná-las autônomas e ativas na escolha do seu

futuro, e não apenas detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente institucionalizado pela sociedade.

A beleza do pensamento freiriano é considerar que todos, independentemente de classe social, cor ou credo, têm cultura. Não existe pessoa sem cultura, sem riqueza cultural. Um dos maiores problemas da instituição escolar é negligenciar essa riqueza cultural dos alunos, ao invés de incorporá-la. Hoje, a importância do conceito (e da prática) de cultura nas escolas é imenso, porém não é incomum pensar a cultura como pertencimento, identidade de um grupo, algo que represente certa alteridade.

A educação popular tem como princípio a participação popular, a construção coletiva de um projeto político social mais justo e mais humano. Sua base nasce no seio das organizações populares, fora da escola. Contudo, sua base metodológica emancipatória e seus princípios têm uma significativa repercussão social, influenciando práticas pedagógicas nos mais variados espaços, inclusive no espaço escolar. Nas palavras de Werthein:

A educação popular acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. Nela, o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais. Portanto, se a realidade social é ponto de partida do processo educativo, este volta a ela para transformá-la (WERTHEIN, 1985, p. 22).

CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR

Refletindo acerca da educação popular, encontramos, segundo Brandão (2002), quatro concepções possíveis.

A primeira relacionada ao não reconhecimento da educação popular como opção, por não ser esta uma visão de mundo, de práticas pedagógicas datadas de um período histórico. Educação popular está sendo definida como um conjunto de práticas não científicas, primitivas, ultrapassadas, distantes do socialmente valorizado conhecimento científico.

A segunda está ligada à importância da cultura na educação popular, diretamente vista nos movimentos sociais, por não serem entendidos segundo um viés político, militante, mas como prática profissional. Um indivíduo plenamente educado precisa ser detentor dos conhecimentos sobre a parte prática do trabalho.

A terceira concepção direciona a educação popular a um fenômeno latino-americano, construída por meio de experiências alfabetizadoras populares direcionadas aos jovens das classes trabalhadoras, associadas a ações comunitárias.

A quarta postura deixa claro que a educação popular não foi uma experiência única, mas “é algo ainda presente e diversamente participante na atualidade da educação entre nós” (BRANDÃO, 2002, p.142).

Dessa forma, observa-se uma tradição cultural própria da educação, explicitada através de experiências passadas, presentes e futuras.

BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

O final da década de 1940 foi um período marcado pelo debate sobre a educação de base, visto que, até a Segunda Guerra Mundial, a educação popular era compreendida como uma extensão da educação formal, sobretudo considerando os moradores das periferias urbanas e das zonas rurais (VALE, 1992). O contexto socioeconômico em que o Brasil estava inserido marcava-se por profundas modificações da sociedade capitalista – o modelo agroexportador é substituído pelo urbano-industrial. Segundo Brandão (2002), a educação popular surge na América Latina, principalmente durante a industrialização, a fim de alfabetizar em massa a população, inserindo-a na definição dos rumos da sociedade, uma vez que o quadro de analfabetos e defasados escolares mostrava-se alarmante.

Segundo Beisiegel (1989), a educação de base era considerada um processo educativo indispensável para o domínio da cultura de seu tempo. Para isso, fazia-se necessário que o indivíduo dominasse algumas técnicas que facilitassem esse acesso à cultura, como a leitura, a escrita, a aritmética, noções de ciências, de vida social, de civismo e de higiene. A educação de base era responsável pelo ensino de tais habilidades que iriam proporcionar um melhor desenvolvimento e ajustamento social aos homens. As CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), que tinham a teologia da libertação como parâmetro e criticaram duramente o apoio da Igreja católica ao golpe militar, transformaram-se em espaços reflexivos de socialização política e de resistência às injustiças.

Cabe destacar que em 1942 foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário pelo Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro. Mais tarde, em 1946, por meio do Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro foi criada a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa recursos financeiros ao ensino supletivo de adolescentes e adultos analfabetos.

O fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 trouxe para o mundo a vitória dos ideais democráticos. Esse contexto internacional influenciou diretamente nas

mobilizações que aconteciam no Brasil naquela época, que acabou culminando com a ênfase do movimento de educação das massas. À medida que o Brasil se preocupava e buscava um progresso econômico e social, tornava-se necessário repensar essa educação de base a fim de que as políticas educacionais abordassem para além da alfabetização. A população precisava de um ajustamento social, ou seja, buscava-se a adaptação dos desfavorecidos ao mundo moderno numa sociedade capitalista.

Nesse período, a atenção principal voltava-se para o homem do campo, uma vez que este só tinha acesso a uma experiência basicamente rural. Nesse contexto, era necessário que esses sujeitos tivessem acesso a noções básicas de higiene, leitura, escrita e convivência social, para se adaptarem às exigências da vida moderna, tornando-se, assim, mais aptos para a produção e, até mesmo, para a defesa da nação (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

Na década de 1950, educadores iniciaram um debate sobre a Educação de Adolescentes e Adultos, inclusive com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - (UNESCO). Dentre as questões problematizadas estava a ideia de educação desse público como somente uma transmissão de conteúdo. Os profissionais da educação começaram a se questionar quanto ao enfoque de seu trabalho; para esses educadores, uma educação destinada às camadas populares não poderia ficar presa somente à transmissão de conteúdo, pensava-se na formação de pessoas críticas, conscientes (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

Segundo Paiva, neste período

A educação dos adultos convertia-se num requisito indispensável para uma melhor reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social (PAIVA, 1987, p.179).

Ainda de acordo com a autora, no final da década de 1950, ocorreu o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que os profissionais da educação manifestaram suas variadas opiniões e críticas à nova perspectiva educacional. Dentre as concepções apresentadas, aparece o pensamento de Paulo Freire. Paiva (1987) nos traz uma síntese dessa perspectiva:

Paulo Freire, juntamente com outros educadores, sugeriu: a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o Homem e não para o Homem, a criação de um grupo de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que

deveria passar a sentir-se participante do trabalho de soerguimento do país; e, finalmente, a renovação dos métodos e processos educativos com a rejeição daqueles exclusivamente auditivos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais (PAIVA, 1987, p. 210).

O pensamento de Paulo Freire atraiu vários adeptos - educadores, intelectuais, estudantes, líderes comunitários de todo o país - em prol de uma educação popular que preconizava a alfabetização e a conscientização de todos. Nesse período, várias foram as mobilizações em prol da educação popular; além disso, a população iniciou uma luta contra a visão preconceituosa em relação ao analfabeto que, na época, era comparado a um ser incapaz, deficiente. À frente desse movimento estavam, principalmente, os marxistas que se apoiavam nos ideais de Paulo Freire, que também estavam sendo disseminados na época (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

Já na primeira metade dos anos 1960, os movimentos voltaram sua atenção à promoção da cultura popular, questionando não apenas a “forma ingênua e folclórica” (FÁVERO, 1983, p.83) como se pensava a cultura do povo brasileiro, mas também, e principalmente, os usos políticos de dominação e alienação da consciência das classes populares. Com isso, começaram a surgir no Brasil movimentos voltados para a promoção da cultura popular brasileira (alguns contando com a participação de Paulo Freire).

Dentre os referidos movimentos, destacamos o Movimento de Cultura Popular de Recife (MCP), fundado por Paulo Freire e seus colaboradores. Esse movimento tinha a intenção de levar a todas as pessoas a cultura produzida pelo povo. O MCP pretendia trabalhar com educação e cultura populares. Mais do que levar a cultura, pretendia resgatar nas pessoas o seu potencial criador. Reafirmava, na prática, que todo ser humano produz cultura na sua relação com o outro e com o mundo (BEISIEGEL, 1989).

As experiências na educação popular ganham uma conotação de organização política. São populares no sentido de sua abertura à diferença de saberes e lutas populares: dos trabalhadores urbanos, dos subempregados, dos desempregados, dos sem teto, dos trabalhadores rurais, dos pequenos camponeses, dos boias-frias, dos sem terra – unidos na mesma categoria de excluídos. O objetivo primordial desses movimentos populares não se limitava a este ou aquele setor, mas a uma transformação integral dos meios de produção, de poder, de organização sociocultural. Assim, a educação popular não tem origem em uma única fonte social, mas vem de um leque de ideias e ações não

tão centralizadas. Portanto, educação e cultura são instrumentos essenciais para a transformação social, pensados e praticados a partir das condições das populações subalternizadas e da visão de mundo das classes populares.

Paulo Freire deu continuidade ao seu trabalho de alfabetização com adolescentes e adultos trabalhadores em áreas urbanas e rurais. A partir de suas reflexões realizadas no trabalho com esse público, fruto de sua preocupação com o papel político da educação, Freire propôs uma educação para a liberdade (FREIRE, 1974), pois defendia a reflexão, o debate em torno do potencial criador dos(as) educadores(as), bem como dos(as) educandos(as).

Há mais de 15 anos vínhamos acumulando experiências no campo da educação de adultos, em áreas proletárias e subproletárias, urbanas e rurais. [...] Sempre confiávamos no povo. Sempre rejeitávamos fórmulas doadas. Sempre acreditávamos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe. Experimentamos métodos, técnicas, processos de comunicação. Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos de que só nas bases populares, e com elas, poderemos realizar algo sério e autêntico para elas (FREIRE, 1982, p. 102).

Essa perspectiva de alfabetização, a partir dos princípios da educação para a liberdade, procurava superar a educação domesticadora ou educação bancária, como ele assim denominou. Nessa educação para a liberdade, os homens e as mulheres se redescobririam como produtores de cultura, compreenderiam a relação do ser humano com a natureza e a possibilidade de transformarem o mundo por seu potencial criador. Perceberiam que a educação não é algo distante da vida, mas a possibilidade de recriá-la e, assim, vivê-la melhor. Freire propunha a conscientização, não a transmissão ou memorização das letras.

Para Freire, a educação popular seria um espaço em que o homem ultrapassaria sua situação de homem-objeto a de homem sujeito-histórico transformador. O que se pretendia era a construção de um projeto político que possibilitasse superar a dominação do capital sobre o trabalho e, assim, reformular a forma de organização da sociedade. Esses grupos buscavam uma forma de trabalho que contribuísse para a mobilização e a participação popular.

Diversos grupos lançam-se ao campo da atuação educativa com objetivos políticos claros e mesmo convergentes, embora cada um deles enfocasse o problema à sua maneira e mesmo lutassem entre si. Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente; buscavam criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disso, fortemente influenciados pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura autenticamente nacional, a cultura do povo (PAIVA, 1987, p. 230).

Nesse período, a conjuntura do país começava a dar sinais de mudança. Os militares, que já vinham se articulando politicamente, com raízes vinculadas aos interesses econômicos internos e externos, com respaldos sociais expressivos e comprometidos com o capital estrangeiro, começaram a ameaçar o governo com a possibilidade de golpe. Em 1º de abril de 1964, instalou-se no país o Regime Militar (PEREIRA; PEREIRA, 2010). Conforme Pereira (2008), a instauração da ditadura militar em 1964 e seu aprofundamento em 1968, culminado com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), levaram ao distanciamento total da população do poder, inibindo qualquer tipo de participação popular.

A repressão violenta atingiu todos os movimentos dos trabalhadores comprometidos com as causas populares. Intervenções militares aconteceram nos sindicatos e nas universidades visando à desarticulação e à desmobilização popular. Logo após o golpe militar, iniciou-se o processo de desaparecimento dos grupos de educação popular.

Com objetivos políticos de silenciamento dos movimentos de educação popular, em 1967, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O Mobral fazia restrições claras à concepção político-filosófica de Paulo Freire. Esse movimento estimulava o individualismo e a adaptação à vida moderna, enfatizando a responsabilidade pessoal pelo êxito ou fracasso e tentando afastar a possibilidade de resistência ao modelo instalado.

Sob forte esquema de controle e tortura, muitas fissuras políticas, sociais e institucionais começaram a aparecer no regime militar, não tendo sido suficientes as mais cruéis perseguições, torturas e mortes provocadas àqueles que contra ele bravamente se levantavam. Movimentos populares de resistência começaram a se fazer presentes no subterrâneo das ações militares e a se espalhar pelo país em forma de guerrilhas armadas e organizações clandestinas (PEREIRA, 2008).

Não é coincidência que a crise da ditadura militar, vivenciada no final dos anos 1970, tenha coincidido com a ascensão dos movimentos sociais no Brasil. Durante essa década, outras formas de manifestar oposição ao regime foram surgindo. Mais uma vez, o povo volta às ruas, embora a repressão ainda existisse de forma disfarçada. Aumentaram os movimentos contra o custo de vida, movimentos pela anistia, pela democracia e pela abertura política. Os movimentos populares ganharam corpo, retornaram às ruas, com greves, manifestações políticas e se espalharam pelo Brasil.

Matrizes de esquerda deram origem ao movimento social na década de 1970, com a Igreja Católica, os remanescentes das organizações políticas e o novo sindicalismo. A prática social da militância das pastorais e comunidades e a “educação popular” por ela desenvolvida era o paradigma do período, influenciando e acolhendo os militantes dispersos que só aí encontravam possibilidades de contato e trabalho político com os setores populares (PEREIRA, 2008).

Os anos da década de 1980 do século XX, conhecida como a “década perdida” devido às perdas econômicas dos países da América Latina, foram paradoxalmente aqueles em que no Brasil se viveu um período de enorme crescimento da organização popular e de suas experiências de participação política na sociedade. Segundo Saviani (1995), podemos afirmar que sob o ponto de vista da organização do campo educacional, a década de 1980 é uma das mais fecundas de nossa história, pois a mobilização desses anos orientou-se pela bandeira de transformar a educação e a escola em instrumentos de reapropriação do saber por parte dos trabalhadores; saber este que viria, mais tarde, a contribuir para uma maior participação na sociedade.

Sob a perspectiva do avanço das forças populares no terreno da política, esse foi um período riquíssimo, não perdido, já que nele uma infinidade de organizações e instrumentos de luta social surgiram e se consolidaram, colocando os trabalhadores do campo e da cidade em melhores condições de disputa de poder na sociedade, fortalecendo-os para que fizessem valer seus interesses frente aos da elite política e econômica (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

As décadas de 1970 e 1980 podem, então, ser denominadas um período de brava luta e resistência política. Os movimentos sociais emergem como mobilizadores sociais pela democratização no Brasil. Segundo Caldart (2004, p.71), é o momento em que “novos sujeitos sociais coletivos se construíram”, trazendo uma nova configuração às classes populares. É quando as diferentes nomenclaturas – educação de base, educação de adultos, educação popular – unem-se em busca de uma denominação comum: EDUCAÇÃO POPULAR. O fim da ditadura militar representou um “redespertar dos movimentos sociais” e uma disputa entre projetos de reestruturação política, econômica, social e educacional. Assim, surge, por exemplo, na região sudeste, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), buscando garantir o direito à alfabetização e à formação de cidadãos conscientes em busca de uma transformação social.

Com a globalização da economia, podemos ver, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, a política neoliberal instalando-se, silenciosamente, no Brasil. Com

ela, conhecemos a face mais perversa do capitalismo: a progressiva segregação e exclusão. Com a implantação das políticas neoliberais, assistimos ao dismantelamento das mobilizações sociais, sem o enfrentamento direto e armado. Com os movimentos sociais enfraquecidos, a educação popular viveu consequências no interior de sua prática cotidiana. Muitos educadores populares também passaram a se questionar sobre a viabilidade de transformação da sociedade. Muitos, inclusive, foram capturados pela lógica do mercado, entregando-se a uma visão fatalista da história. As desigualdades passaram a ser encaradas como naturais; o sucesso (ou insucesso) provém, exclusivamente, das habilidades físicas e mentais dos indivíduos.

Novas estruturas relacionais baseadas em estratégias de foco e desregulamentação são ditadas por instituições, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (BM). Nelas, os direitos sociais são suprimidos de forma a não coibir as leis do mercado; ocorrem parcerias e privatizações, colocando empresas públicas nas mãos do capital. A educação também sofre consequências, tendo seu foco exclusivamente voltado à educação básica, criando programas em que a sociedade toma as rédeas da resolução dos problemas educacionais. Há, ainda, o sucateamento das universidades públicas, local de exercício do pensamento crítico, criando um abismo entre as classes populares e o ensino superior.

Por outro lado, é nessa mesma época que movimentos sociais como o MST (Movimento dos Sem Terra) se fortalecem, desenvolvendo projetos de educação popular também em espaços formais. É a educação vista para além da instituição escolar. O papel da escola é reconstruído, saindo da figura de reprodutor da sociedade hegemônica para um local que atenda aos reais interesses das classes populares. A educação popular é, dessa forma, uma educação ética-política-cultural, desenvolvida em todo e qualquer espaço educativo, voltada a atender as necessidades das classes populares.

EDUCAÇÃO POPULAR E DEMANDAS POPULARES

A modernidade, conclamada em diferentes momentos políticos no país, tem sido vinculada à questão da educação; levando-nos a pensar a produção de conhecimento de forma fragmentada. Dessa maneira, as demandas populares em educação têm se colocado em paralelo a outras demandas populares, tais como saneamento básico e saúde. São a expressão de pauperização das grandes massas geradas pelo capitalismo. Em termos políticos, essas demandas são mecanismos de pressão para ampliação de

direitos sociais. Sua raiz histórica advém da proclamação da República, quando modernidade e educação representavam os pilares da sociedade moderna. O significado de modernidade ampliava-se a uma nova concepção de mundo, com relações socioculturais diferenciadas e novas relações de trabalho e capital. Nesse contexto, é dada à educação a responsabilidade pela formação do cidadão republicano.

As demandas populares nascem de uma carência da sociedade ou ausência do Estado em questões centrais, ocasionando uma pressão aos poderes públicos. Elas vão muito além de políticas públicas de qualidade, mas retratam o descontentamento com o governo, o repúdio à corrupção e ao desvio de recursos públicos, principalmente da educação. Tudo isso perpassa o forte desejo intrínseco de buscarem sua própria identidade, serem protagonistas da sua própria história e não marionetes nas mãos dos poderosos.

A luta pela educação é pela conquista de voz ativa, de espaço nos espaços decisórios. Algo precisa ser feito, na atual situação do país, para possibilitar o aparecimento de novas lideranças capazes de levarem o clamor dos diferentes estratos sociais aos lugares de poder. Mas como capitalizar, efetivamente, a vontade popular? É essencial a consolidação dos desejos populares através de lideranças capazes de filtrarem e condensarem essa vontade popular tão heterogênea, em meio à diversidade e à pluralidade da sociedade, porém baseada na tolerância e na convivência pacífica em prol do bem comum.

As demandas populares são um novo contrato social, que traz em si obrigações impostas. A renegociação desses contratos vai existir enquanto existirmos, pois as demandas do povo são infinitas. Somos todos frutos do contrato social, onde não somos majoritários. O contrato social só existe porque é imposto pelo mais forte com medo do mais fraco, das massas. As demandas populares oxigenam as relações entre a sociedade civil e o Estado, enquanto instância regulatória. Nós mesmos demandamos direitos à própria sociedade civil.

O Estado é um conjunto de instituições diversas (legislativas, judiciárias, assistenciais, educacionais etc) que fundamentam a sociedade. As políticas públicas de um “Estado em ação” implementam programas de ação voltados a setores particulares. A educação pública é um direito assegurado pelo Estado, porém, quando se paga por ela, passa a ser um serviço. A educação enquanto direito traz em si responsabilidades: é um dever do Estado e da família (educa para a vida em sociedade, dando

responsabilidades) e será promovida e incentivada pela sociedade, visando ao pleno desenvolvimento humano e ao seu preparo para o exercício da cidadania e do trabalho.

Criou-se uma ideologia que a educação era um meio de ascensão social e melhoria de vida e, assim, foi sendo atribuído a ela grande valor social. O movimento em defesa da educação popular revestiu-se de significados vinculados às necessidades sociais da população, seus valores, seus desejos e seus projetos de vida.

A educação popular é uma educação comprometida e participativa, voltada para a concretização dos direitos do povo, que utiliza o saber popular como matéria-prima e busca no conhecimento do sujeito, no seu cotidiano, estratégias de ensino. O processo ensino-aprendizagem, nesse caso, é uma ação de conhecimento e transformação social, que investe na formação de sujeitos conhecedores, com consciência cidadã e organização do trabalho político.

Freire (1984) concebe a educação como um ato político – principal princípio da pedagogia crítica. Professores e alunos devem ter consciência das “políticas” que permeiam a educação. O intelectual pernambucano defende uma educação capaz de permitir que os oprimidos recuperem seu senso de humanidade e superem sua condição subalternizada. Mas, para isso, o indivíduo tem um papel político e social a cumprir, ou seja, remar contra o processo de “Transformar os alunos em objetos receptores [que] é uma tentativa de controlar o pensamento e a ação, [que] leva homens e mulheres a ajustarem-se ao mundo e inibe seu poder criativo” (FREIRE, 1970, p.77). O conhecimento é (re)construído a partir das contradições da sociedade capitalista; é a base para a superação das relações sociais hierarquizadas e de modelos mecanicistas tradicionais que dicotomizam a relação teoria-prática. A educação popular é uma fonte de produção de conhecimento altamente carregada de intencionalidade.

A educação popular baseia-se na dialogicidade, na prática de escutar, refletir e engajar-se na causa. Se faz popular pelo potencial organizacional da classe trabalhadora, contestando o sistema político e econômico vigentes. Visa transformar o sujeito em ser político, como participante ativo de sua história e do mundo como um todo, com autonomia e responsabilidade na organização de um projeto coletivo de sociedade. Trata-se de recuperar a humanidade que foi roubada, ou mesmo negada, através da educação.

CONCLUSÃO

Por fim, compreendemos que a educação na perspectiva de Paulo Freire constitui-se como uma possibilidade de educação para a classe trabalhadora. Uma educação dentro de uma perspectiva política, pois sabemos que a educação como ato político não tem fim nela mesma. Sua finalidade torna-se decisiva como instrumento de transformação da consciência para uma luta contra-hegemônica.

Nesse sentido, a educação para as classes populares deve ser realizada de diferentes modos, por meio de práticas formais ou não formais, sendo um produto de práticas sociais. Não se trata, portanto, de uma escolha pedagógica, nem de uma proposta datada e situada num tempo. Ao contrário, através da superação dialética do conhecimento, vão se criando e se recriando novas formas e novas práxis de educação popular. É nesse sentido que nós educadores(as) acreditamos e lutamos por uma educação possível aos sujeitos de toda a ordem.

É notória a atual luta dos educadores(as) em prol de uma educação pública de qualidade, democratizando não somente o ensino, mas também a estrutura social, a mentalidade da classe dominante e todas as relações pedagógicas e processos educacionais imbricados na escola. A educação popular vem, mais do que como uma perspectiva educativa, mas como uma proposta política da classe trabalhadora. É um fenômeno centenário articulado com a luta pela democracia, pelo acesso à cultura e à participação popular ativa.

As demandas populares em educação revelam o lado obscuro dos projetos de modernização do Brasil. Retratam os anseios de um povo a quem tudo foi negado e que luta para reintegrar-se à sociedade. É a luta de um povo pela modernização da sociedade brasileira, na perspectiva cidadã, garantindo efetivamente os direitos sociais expandidos a toda a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEISIEGEL, C. de R. *Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do movimento sem-terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FÁVERO, O. (org.) *Cultura popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FREIRE, Paulo. *Uma educação para a liberdade*. Porto/Portugal: Textos Marginais, 1974.

_____. *Educação como prática de liberdade*. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *Educação e Atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. *Estado e Educação Popular na América Latina*. Campinas: Papirus, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Demandas populares urbanas no Brasil: Formas educativas da população. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V.74, nº176. Jan/abr 1993.

PAIVA, Vanilda. *Educação popular e Educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PEREIRA, E.T. *Educação política: uma experiência com o orçamento participativo*. Campinas/SP: Alínea, 2008.

PEREIRA, D. de. F. F.; PEREIRA, E. T. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.40, p. 72-89, dez. 2010.

SAVIANI, Demerval. Os ganhos da década perdida. *Revista Presença Pedagógica*. Editora Dimensão, v. 1, n. 9, nov./dez. de 1995.

VALE, A.M. do. *Educação popular na Escola Pública*. São Paulo: Cortez, 1992.

WERTHEIN, J. (org.) *Educação de Adultos na América Latina*. Campinas/SP: Papirus, 1985.